



A TEMÁTICA SEXUALIDADE NAS PROPOSTAS CURRICULARES NO BRASIL

THE THEMATIC SEXUALITY IN CURRICULAR PROPOSITIONS IN BRAZIL

Andreia Freitas Zompero¹ - andzomp@yahoo.com.br

Cristiane Mota Leite² - cristiane.mleite@unopar.br

Douglas Caldeira Giangarelli² - douglas.giangarelli@kroton.com.br

Maurilio Cristiano Batista Bergamo² - maurilio.cristiano@kroton.com.br

¹Universidade Norte do Paraná, UNOPAR - Programa de Pós-Graduação em Metodologias para o Ensino de Linguagens e Tecnologias - Rua Marselha, 591- Jd Piza - Londrina/PR, Brasil.

²Universidade Norte do Paraná, UNOPAR Unidade Tietê Ead – Rua Tietê nº 1208 – Bairro Vila Nova – CEP: 86025-230 – Londrina/PR, Brasil.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo documental das propostas curriculares para a Educação Básica no que concerne às orientações pedagógicas nacionais para abordar a temática “sexualidade”, buscando identificar aquelas adotadas pelos educadores que atuam no ambiente escolar para o trabalho com a educação sexual. O objetivo do estudo foi apontar e discutir, a partir de um amplo levantamento realizado, os encaminhamentos para o trabalho com a educação sexual na escola. Foram analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão, o Caderno Secadi sobre Gênero e Diversidade Sexual na Escola e a Base Nacional Curricular Comum. Os dados obtidos com as análises dos materiais mostram que em todos os documentos há menção aos temas relativos às questões biológicas, gênero e diversidade sexual, porém, há ênfase diferenciada quanto a esses temas nos materiais analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Educação Básica; Propostas Curriculares.

ABSTRACT

This research presents a documentary study of curricular propositions for Basic Education concerning the pedagogical orientations on the theme "sexuality". We have tried to identify the orientations of the national curricular propositions which are adopted by educators that work in the school environment to deal with sex education. The objective of the study was to point out and discuss, departing from a broad survey conducted, the referrals to work with sex education in school. We have analyzed the National Curricular Parameters, the National Curriculum Guidelines for Secondary Education, the National Curricular Guidelines for Human Rights Education, the National Curricular Guidelines for Basic Education: diversity and inclusion, the Secadi Documents on Gender and Sexual Diversity in School Notebooks and the National Curricular Common Basis. The data obtained from the analyses of the materials show that in all the documents there are mentions of the themes related to biological, gender and sexual diversity, however, there is a differentiated emphasis on those themes in the analyzed materials.

KEYWORDS: Sexuality; Basic Education; Curriculum Guidelines.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é peculiar e um elemento essencial ao ser humano. A sexualidade compreende prazer, toque, sexo, afetividade, carinho, amor (FIGUEIRO, 2009) e envolve respeito, diversidade cultural e religiosa, valores e relações de gênero. É condicionada por fatores biológicos, culturais e sociais e está relacionada ao exercício da cidadania, incluindo o respeito a si próprio e aos outros. É um assunto complexo e de difícil conceituação, conforme aponta Bearzoti (1994). Esse conceito tem sofrido inúmeras e profundas modificações ao longo dos tempos conforme Pontes (2011), acompanhando as transformações históricas e sociais, portanto, um conceito multidimensional, que perpassa o contexto social e também um propulsor de mudanças, segundo a autora. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), a sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução.

Diversos problemas na atualidade estão direcionados com questões pertinentes à sexualidade, como por exemplo o crescimento das ISTs e AIDS e da gravidez na adolescência. De fato, as ISTs são um grande e importante problema de saúde pública, pois estima-se que 51 milhões de adolescentes e adultos sexualmente ativos (15 a 49 anos), que vivem nas Américas, tiveram uma IST curável em 2012 (WHO, 2016). De acordo com o referido documento, cerca de 2 milhões de pessoas vivem com HIV/AIDS na América Latina e Caribe, aproximadamente 100 mil pessoas são infectadas pelo vírus a cada ano e 50 mil óbitos ocorrem devido a essa infecção. No Brasil, a taxa de detecção de HIV/AIDS em jovens entre 15 a 19 anos, aumentou de 2006 para 2016, praticamente triplicando para homens e aumentando 13,9% em mulheres (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO- AIDS E DST, 2017). Segundo relatório da UNAIDS, em 2015, havia 36,7 milhões de pessoas vivendo com HIV/AIDS no mundo, sendo 34,9 milhões dos casos acometendo adultos e 1,8 milhão atingindo crianças (UNAIDS, 2016). Ainda dentro desse panorama, o papiloma vírus humano (HPV), o qual está claramente associado ao câncer de colo uterino (NAGAKAWA et al., 2010), parece ter maior prevalência entre adolescentes quando comparados a adultos (WHO, 2005). A doença é observada com mais frequência em adultos devido à demora em suas manifestações clínicas (TEMMERMAN, 1998; SHAFER, 1999).

Com relação à ocorrência de gravidez precoce, dados da Organização das Nações Unidas mostram que, no mundo, nascem cerca de 14 milhões de crianças de mães adolescentes por ano (UNFPA, 2016). Já no Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) mostram que a taxa de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos, entre 2005 a 2015, passou de 76,3 para 59,4 filhos por mil mulheres deste grupo, o que ainda é considerado um índice alto quando comparado a outras regiões do mundo. Desse modo, a gravidez precoce também tornou-se um problema de saúde pública, uma vez que na sua grande maioria acarreta complicações na saúde tanto da mãe quanto do filho, como morbidade e mortalidade materna, a qual pode ou não estar associada a outros fatores, como por exemplo, abortos realizados de forma insegura, bem como nascimento prematuros e bebês com baixo peso e malformações (CEPAL, 2004; CONDE AGUDELO, BELIZAN e LLAMERS, 2005).

É importante esclarecer que o termo IST, passou a ser utilizado a partir de novembro de 2016. A denominação DST refere-se a doenças com sinais visíveis no organismo. Já no termo IST, infecção refere-se a períodos sem sintomas. A atualização ocorreu pelo Decreto 8.901/2016. Neste estudo iremos manter o termo DST quando reportarmos aos documentos analisados por pertencerem a um período anterior à mudança da terminologia.

Conforme Altmman (2001), a escola é apontada como um importante instrumento para promover o conhecimento sobre formas de evitar a gravidez e de se proteger de Infecções

sexualmente transmissíveis (ISTs). A mesma autora aponta estudos que revelam maiores índices de gravidez na adolescência entre jovens que estudaram somente até o quinto ano do Ensino Fundamental e reitera que falta de perspectiva para a vida contribui para o aumento do índice de adolescentes grávidas.

Por outro lado, percebe-se na sociedade uma discriminação de pessoas que não se adaptam aos padrões de feminilidade, masculinidade ou ainda que não apresentam orientações sexuais entendidas como normais dentro dos padrões sociais. Essa situação se reflete na escola e contribui para fomentar preconceito e exclusão (ALTMAN, 2001). Assim, questões referentes a gênero, diversidade sexual, discriminação são assuntos emergentes em nossa sociedade e por consequência necessitam de debates no ambiente escolar. No entanto, esses pontos são polêmicos e muitos dos professores justificam que não se sentem à vontade para tal atividade.

França (2006) afirma que com desenvolvimento da Ciência Moderna surgem os desafios à Educação Sexual e a escola vem assumindo, cada vez mais, a educação das novas gerações. Conforme as "Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro" (UNESCO, 2014), a educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização, como por exemplo, família, escola, igreja, trabalho, mídia, mas ocorre de maneira fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. De acordo com esse documento, a atuação do sistema educacional é de extrema relevância na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana.

A temática referente à sexualidade vem sendo abordada com maior ênfase nos últimos anos nas propostas nacionais de ensino, como nos Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica e Base Nacional Comum Curricular. Consideramos que a educação para sexualidade é um aspecto de essencial relevância na formação do estudante, a escola tem papel central no preparo do aluno, tanto no que concerne a sua formação pessoal como para vivência em sociedade, mas para isso há necessidade de capacitar profissionais com o intuito de prepará-los para encarar esses desafios. No entanto, um estudo divulgado no ano de 2017 mostrou que o Brasil tem desempenho abaixo dos países da América Latina, como Argentina, Colômbia, Chile e México quanto ao trabalho com tema "sexualidade" na sala de aula (FREITAS, 2017). A autora citada aponta que um dos problemas que acarretam essa situação é a falta de obrigatoriedade e uma legislação que regulamente o trabalho com essa temática nas escolas.

Devido à importância dessa temática tanto para a formação dos alunos como também no preparo dos professores, o que buscamos responder neste estudo é quais as orientações das propostas curriculares nacionais aos professores e demais educadores que atuam no ambiente escolar, para o trabalho com a educação sexual, com o intuito de ampliar essa discussão.

Com base no exposto, temos por objetivo apontar e discutir os encaminhamentos para o trabalho com a educação sexual na escola a partir de um amplo levantamento realizado nos documentos nacionais de ensino. A finalidade desse levantamento é entender como essa temática é abordada nas propostas curriculares divulgadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases atual, para os níveis Fundamental e Médio de ensino.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa e teve por base a análise documental e a pesquisa bibliográfica. De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica utiliza como fontes materiais já elaborados, constituídos basicamente por livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental utiliza fontes sem tratamento analítico, como por exemplo, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão.

Realizou-se levantamento das propostas curriculares a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Foram analisados Parâmetros Curriculares Nacionais Ciências da Natureza, 1º e 2º ciclos (1997); Parâmetros Curriculares Nacionais Ciências da Natureza, 3º e 4º ciclos (1997); Parâmetros Curriculares Nacionais Temas Transversais Orientação sexual (1997); Parâmetros Curriculares Nacionais Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias para o Ensino Médio; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: diversidade e inclusão e a Base Nacional Curricular Comum Ensino Fundamental e Ensino Médio. Na análise dos documentos investigaram-se quais os direcionamentos apontados para o trabalho relativo à Educação sexual.

A PROPOSTA DO ESTUDO DA SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Antes de tratarmos das perspectivas da Educação Sexual nos documentos de ensino vale ressaltar algumas questões históricas sobre a educação sexual na escola em nosso país.

Conforme aponta Altmman (2001), nos anos 20 e 30 o trabalho da escola frente à sexualidade tinha o intuito de promover nas crianças e adolescentes um comportamento que fosse considerado "normal", visto que os desvios sexuais, naquele período, eram concebidos como doença. Nesse mesmo período a discussão sobre Educação Sexual surgiu na escola num momento em que a sífilis fazia numerosas vítimas.

Na década de 1970, conforme Altmman (2001), a família foi considerada como principal responsável pela educação sexual, podendo as escolas inserirem ou não a Educação Sexual em programas de saúde. Na década de 1980 e 1990 essa preocupação foi direcionada para o trabalho com DSTs, devido ao surgimento da AIDS. Nesse sentido, a autora afirma que a inserção da Educação Sexual na escola parece estar associada, por um lado, a uma dimensão epidêmica, isto é, tendo em vista a preocupação com DSTs e, por outro, à mudança nos padrões de comportamento sexual.

Em 1996 foi promulgada a atual LDB e no ano seguinte a divulgação dos primeiros Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997). Esses documentos apresentam volumes separados direcionados para cada uma das disciplinas. Nesse mesmo período houve também a divulgação dos Parâmetros curriculares referentes aos Temas Transversais. No que diz respeito ao trabalho com a sexualidade, essa temática é discutida nos PCNs de Ciências da Natureza para 1º e 2º ciclos, relativos aos Anos Iniciais, como também no 3º e 4º ciclos, referentes aos Anos Finais do Ensino Fundamental, Tema Transversal Orientação Sexual e Parâmetros Curriculares Nacionais Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias referente ao Ensino Médio.

Nos PCNs de Ciências da Natureza do ano de 1997 para 1ª a 4ª série – correspondendo atualmente primeiro ao quinto ano – há um direcionamento para que o aluno compreenda os aspectos biológicos que envolvem a reprodução, além do conhecimento de métodos

contraceptivos e de prevenção de DSTs/AIDS. Porém, há ênfase no trabalho com sexualidade considerando a cultura e a sociedade. Assim, na proposta desse documento essa temática deve ser abordada dentro de uma perspectiva biológica e cultural.

A manifestação da sexualidade assume formas diversas ao longo do desenvolvimento humano e, como qualquer comportamento, é modelado pela cultura e pela sociedade. Esse conhecimento abre possibilidades para o aluno conhecer-se melhor, perceber e respeitar suas necessidades e as dos outros, realizar escolhas dentro daquilo que lhe é oferecido (BRASIL, 1997a).

Os PCNs abordam os conteúdos da disciplina de Ciências em quatro Blocos Temáticos. O bloco intitulado "ser Humano e Saúde" é direcionado ao trabalho com o tema sexualidade. Esses blocos de conteúdos são os mesmos para os Anos Iniciais e para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Observa-se que o documento pede atenção ao professor para que ao tratar dessa temática seja respeitado o grau de maturidade psíquica e biológica da turma como parâmetro no aprofundamento das respostas ou investigações acerca desses assuntos. Além disso, há menção no documento que assuntos como construção da identidade sexual, prazer e masturbação devem ser abordados pelo professor considerando os aspectos biológicos e culturais (BRASIL, 1997a)

Dessa maneira, o professor tem papel central no trabalho relativo à sexualidade, pois ele deverá proporcionar discussões quanto à responsabilidade com as questões sobre sexualidade, além de evitar preconceitos.

Em 1998 foram divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais para os 3º e 4º ciclos correspondendo na atualidade ao período que se estende do sexto ao nono ano. Em suas orientações, além do trabalho que deve ser desenvolvido quanto ao estudo de questões biológicas, há ênfase também de que na escola sejam proporcionadas discussões quanto às emoções envolvidas na sexualidade, como os sentimentos de amor, amizade, confiança, autoestima, desejo e prazer, mas que não exista o objetivo de prescrição de normas de conduta ou a moralização do discurso, e sim o respeito às ideias e opiniões divergentes (BRASIL, 1998a).

Quanto às questões biológicas as orientações desse material apontam sobre a necessidade do conhecimento do próprio corpo, a possibilidade de gravidez decorrente do ato sexual, desenvolvimento sexual e as mudanças no corpo dos meninos e das meninas na adolescência, bem como a utilização de contraceptivos. No que concerne às questões pedagógicas, há direcionamento para o trabalho em sala de aula com atlas anatômico, leitura e produção de texto, trabalhos com vídeos e animações em computadores, porém, sem sobrecarga de detalhes anatômicos. Observa-se a ênfase a uma perspectiva mais biologizada nas questões que envolvem essa temática.

Conforme mencionado anteriormente, com a divulgação dos PCNs após a promulgação da LDB de 1996, surgiram os temas transversais, sendo a sexualidade abordada no caderno intitulado "Orientação Sexual". Nesse sentido, a sexualidade como tema transversal não deve ser abordada em uma única área de conhecimento, mas sim, tratada por todas as áreas. Essa proposta vem de acordo com a perspectiva do novo paradigma para a educação em que os conteúdos não devem ser estanques e fragmentados, mas conforme a teoria da complexidade, serem discutidos em uma visão mais holística. Assim, para que o estudante compreenda as questões relativas à sexualidade, não basta apenas conhecimentos oriundos da Biologia. Conforme Os Parâmetros Curriculares Temas transversais (1997b, p. 30) "a proposta de transversalidade traz a necessidade de a escola refletir e atuar conscientemente na educação

de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico”.

A transversalidade encontra respaldo na teoria da complexidade. Conforme Santos (2008), essa teoria surge devido aos avanços do conhecimento dos desafios que a globalidade coloca para o século XXI, contrapondo-se aos princípios cartesianos de fragmentação do conhecimento.

Dessa maneira, a teoria da complexidade e transdisciplinaridade propõem a religação dos saberes compartimentados e oferecem uma perspectiva de superação do processo de atomização (SANTOS, 2008). Assim, a intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade (BRASIL, 1997b). De acordo com Malosso Filho (2012), a prática pedagógica deve buscar a transdisciplinaridade, no sentido de buscar maiores graus de consciência sobre os fenômenos, em um caminho que se distancia da superficialidade e da alienação.

No intuito de evitar a visão fragmentada de apresentar o estudo da sexualidade em uma perspectiva puramente biológica, o tema transversal “orientação sexual” aponta que o trabalho com essa temática deve ocorrer de duas formas: dentro da programação, por meio de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema, além de ser tratado ao longo de toda escolarização na Educação Básica (ALTMANN, 2001). De acordo com esse PCN Temas Transversais, o estudo referente à sexualidade deve contemplar três eixos: Corpo matriz da sexualidade, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.

No que se refere ao eixo “corpo matriz da sexualidade”, o material ressalta o estudo de questões sobre o corpo humano, porém, não apenas em seus aspectos biológicos, mas também afetivos, considerando a necessidade de que o estudante possa desenvolver a conscientização para o respeito e valorização do corpo. Associado a essa preocupação o documento direciona ao trabalho com as questões relativas a gênero no intuito de que sejam promovidas as reflexões que evitem estereótipos e contribuam para questionamentos de papéis do homem e da mulher na sociedade. Considerando que os PCNs foram escritos na década de 1990, é explícita no texto desses documentos a preocupação com a prevenção da AIDS como também de ressaltar os meios que não oferecem contágio, evitando-se assim a rejeição de pessoas com essa enfermidade.

Os PCNs de Ciências Naturais inserem a temática da sexualidade como conteúdo de ensino na disciplina de Ciências no bloco de conteúdo “Ser Humano e Saúde”, porém, o assunto não deve ser restrito a essa área de conhecimento, mas abordado em todas as áreas de maneira transversal.

Tanto os Parâmetros Curriculares Ciências da Natureza, voltados ao Ensino Fundamental, como os Parâmetros Curriculares Temas Transversais não foram reeditados. No entanto, em 2002 foram divulgados os Parâmetros Curriculares Ensino da Natureza, Matemática e suas Tecnologias para o Ensino Médio e posteriormente em 2006 as Orientações Curriculares para o Ensino Médio em 2006.

O documento de 2002 indicado acima reafirma os pressupostos dos PCNs do Ensino Fundamental, conforme citação abaixo:

Um conhecimento maior sobre seu próprio corpo, por sua vez, pode contribuir para a formação da autoestima, como também para o desenvolvimento de comportamentos de respeito ao próprio corpo e aos dos outros, para o

entendimento da saúde como um valor pessoal e social e para a compreensão da sexualidade humana sem preconceitos (BRASIL, 2002, p. 34).

De acordo com o PCN de 2002, anteriormente citado, as propostas curriculares para o Ensino Médio devem estar vinculadas não apenas ao conhecimento declarativo dos conteúdos, mas também ao desenvolvimento de habilidades e competências. Assim, há habilidades e competências, no entanto, cujo desenvolvimento não se restringe a qualquer tema, por mais amplo que seja, pois implicam um domínio conceitual e prático, para além de temas e de disciplinas (BRASIL, 2002, p. 15). Nesse sentido, considera-se a sexualidade como uma temática não restrita a uma área específica. Esse tema é mencionado também dentre as competências propostas para o ensino de Biologia como na citação abaixo:

Discussão e argumentação de temas de interesse de ciência e tecnologia" direcionado à habilidade de analisar de que maneira textos didáticos, revistas, jornais, programas de tevê e rádio tratam questões relativas à sexualidade como as questões de gênero, as expressões da sexualidade, as relações amorosas entre jovens, as doenças sexualmente transmissíveis, distinguindo um posicionamento isento, bem fundamentado do ponto de vista científico, da simples especulação, do puro preconceito ou de tabus (BRASIL, 2002, p. 38).

Nesse sentido, o estudo da sexualidade não se limita a conteúdos declarativos, mas está articulado ao desenvolvimento de habilidades.

Elaborar explicações para os dados a respeito da evolução, na última década, em particular no Brasil, da incidência das DST, particularmente a aids, entre homens e mulheres de diferentes faixas etárias. Escolher medidas que representem cuidados com o próprio corpo e promovam a saúde sexual e reprodutiva dos indivíduos (BRASIL, 2002, p. 45).

É possível perceber que esse material apresenta um enfoque diferente daqueles indicados pelo PCNs 1º e 2º ciclos e 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental. O documento do Ensino Médio orienta que os conteúdos da disciplina de Biologia devem ser organizados por Temas Estruturadores que, por sua vez, se organizam em Unidades Temáticas. Há menção ao trabalho com a sexualidade no Tema Estruturador intitulado "Qualidade de vida das populações" na Unidade Temática "As agressões à saúde das populações". Nessa unidade há alusão a respeito do trabalho com DSTs pelos estudantes do Ensino Médio, no intuito de que conheçam índices dessas doenças na atualidade, bem como quanto gravidez na adolescência no que se refere às taxas e maneiras de preveni-las.

Inferimos pela leitura desse material que para essa fase de idade o estudo dessa temática deve avançar não apenas para conhecimento do corpo, das emoções envolvidas com a sexualidade, mas para situações que envolvem o contexto social também para tomada de decisões. Importante ressaltar que não há menção nesse PCN do Ensino Médio para relações de gênero, discriminação e homossexualidade.

As questões voltadas à sexualidade e Educação Sexual, estão presentes no Programa Saúde na Escola (PSE) publicado pelo MEC no Decreto 6.286/2007. Esse programa tem como finalidade:

Contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde" (BRASIL, 2007, p.1). Algumas das ações desse programa são:

promover a saúde sexual e reprodutiva e a cultura da prevenção no âmbito escolar; e incluir temáticas de educação em saúde no projeto político pedagógico das escolas. O PSE propõe a articulação entre os Ministérios da Educação e da Saúde, assim como das secretarias municipais e estaduais de Educação (2012. p.10).

Nota-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam direcionamentos para o trabalho com o tema sexualidade que contemplam uma perspectiva mais biológica ressaltando uma abordagem voltada para estudos de anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutivos, gravidez e contraceptivos e DSTs/AIDS, conforme mencionado anteriormente, porém, apontam também a necessidade de envolver a sexualidade não apenas com as questões físicas, mas associada a aspectos afetivos no intuito de proporcionar ao estudante a valorização do corpo.

Concordamos com Palma et al (2015) que o posicionamento dos PCNs, no que tange à diversidade sexual, tenha o propósito de iniciar uma abordagem à temática, de modo não diretivo, e assim, ter a possibilidade de, com o passar do tempo, ampliar a reflexão que propõe.

A PERSPECTIVA SOBRE A SEXUALIDADE NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Nesta seção apresentam-se considerações referentes ao tema sexualidade com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica que comportam as Diretrizes para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Tomamos por base também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: diversidade e inclusão.

Na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013) os temas como saúde, sexualidade e gênero devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base comum e da parte diversificada do currículo. Essas diretrizes reafirmam a proposta do trabalho transdisciplinar apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, como uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas contemporâneos (BRASIL, 2013. p.115). Nesses debates também deverão inserir estudos e discussões sobre sexualidade, relações de gênero, diversidade sexual e religiosa, superação do racismo, da discriminação e do preconceito racial.

Por outro lado, é enfatizado nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio que o projeto político pedagógico das escolas deve considerar atividades intersetoriais, entre outras, de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas (BRASIL, 2013. p. 200).

Assuntos como gênero e diversidade sexual são apontados nas diretrizes, analisadas neste estudo, para que sejam discutidos nas escolas no intuito de que os estudantes aprendam a conviver com as diferenças e evitar discriminações. É consenso que a homofobia é um grave problema enfrentado pela sociedade atual. De acordo com o material divulgado pelo MEC intitulado "Diversidade Sexual na Educação" (JUNQUEIRA, 2009), a escola é considerada um espaço decisivo para contribuir na construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos. Dessa maneira há necessidade de que sejam efetivadas ações que proporcionem orientações pedagógicas aos profissionais de educação para que realizem nas escolas trabalhos voltados ao respeito de identidade de gênero e da diversidade sexual.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), já havia publicado em 2007 o caderno temático intitulado "Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos". O caderno traz uma discussão inicial quanto aos direitos dos gays, lésbicas, transexuais, transgêneros e bissexuais, pelo motivo de ainda não serem amparados em instrumentos internacionais de direitos humanos como também na legislação brasileira.

Apesar do parecer da Câmara de Educação Básica - CEB (BRASIL, 1998b) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental já apontarem para a necessidade do reconhecimento das diversidades relativas ao gênero masculino e feminino e de se reverterem o quadro quanto às discriminações e exclusões em múltiplos contextos no interior da escola concernentes ao racismo, sexismos e demais formas de preconceitos, poucas publicações aparecem nos documentos de ensino até o ano 2000 que dão ênfase às questões da diversidade sexual e combate a esse tipo de discriminação. Nesse sentido o caderno Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) sobre gênero e diversidade sexual na escola (HENRIQUES, et al., 2007) indicam que:

O Plano Nacional de Educação, de 2001 (Lei nº 10.172), embora surgido em um contexto de profunda mobilização social, foi conservador em seu tratamento dos temas relativos a gênero e orientação sexual. De fato, apesar de ter sido produzido quando as desigualdades de gênero e a necessidade de superá-las ocupavam um importante espaço nos debates na sociedade brasileira, a menção do tema gênero se deu apenas em alguns de seus tópicos e na análise diagnóstica de alguns níveis de ensino (VIANNA e UNBEHAUM, 2004). Ao mesmo tempo, o PNE manteve silêncio em torno da sexualidade e da diversidade de orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero, passando ao largo das reflexões acerca das necessidades e dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros a uma educação inclusiva e de qualidade (HENRIQUES, et al., 2007. p. 22).

No mesmo ano de 2001 em 4 de outubro foi criado o Programa Brasil sem homofobia (BSH) pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação. O BSH foi lançado em 2004 e posteriormente aprimorado pelo Decreto 5.397, de 22 de março de 2005. (HENRIQUES, et al., 2007).

Em relação à educação, o Programa Brasil sem homofobia (BHS) assumiu os seguintes compromissos:

Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual [e por identidade de gênero]; Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores/as na área da sexualidade; Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual [e por identidade de gênero] e a superação da homofobia; estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual [e identidade de gênero] e superação da homofobia; Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores/as; divulgar informações científicas sobre sexualidade humana; Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de LGBT (HENRIQUES, et al., 2007, p. 24-25).

O Ministério da Educação tem a incumbência de promover a implementação dos compromissos assumidos, a médio e longo prazos no intuito de enfrentar o sexismo e à homofobia nos sistemas de ensino e na sociedade (HENRIQUES, et al., 2007)

Em 2006, foi criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Este plano teve o intuito de fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos/as trabalhadores/as da educação básica para lidar criticamente com esses temas (LIMA, 2012. p. 10).

Em 2013 foram publicadas as Diretrizes para Educação em Direitos humanos. De acordo com essas diretrizes:

A escola de educação básica é um espaço privilegiado de formação pelas contribuições que possibilitam o desenvolvimento do ser humano. A socialização e a apreensão de determinados conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade podem ser efetivados na ambiência da educação básica por meio de suas diferentes modalidades e múltiplas dimensionalidades, tais como a educação de jovens e adultos, educação no campo, educação indígena, educação quilombola, educação étnico-racial, educação em sexualidade, educação ambiental, educação especial, dentre outras (BRASIL, 2013. p. 339).

Ainda conforme esse documento, no Ensino Médio deverão ser inseridos debates, estudos e discussões sobre sexualidade, relações de gênero, diversidade sexual e religiosa, superação do racismo, da discriminação e do preconceito racial. Essas diretrizes são fundamentadas no parecer CNE/CEB nº 5/2011 que reconhece a educação como parte fundamental dos Direitos Humanos. Há ênfase no parecer mencionado para a necessidade do reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural, de identidade de gênero, de orientação sexual, religiosa, dentre outras, enquanto formas de combate ao preconceito e à discriminação (BRASIL, 2013. p.334). Nesse sentido, essas diretrizes apontam alguns princípios para educação em direitos humanos. Dentre eles destacam-se o princípio intitulado "reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades e transversalidade, vivência e globalidade". Este último aponta a importância do caráter transversal da temática sobre Direitos Humanos, ressaltando as questões referentes a gênero e diversidade sexual (HENRIQUES, et al, 2007) e, por isso, devem ser tratadas a partir do diálogo interdisciplinar.

Para finalizar discutiremos brevemente a proposta pertinente à sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental que foi publicada em 2017 e da BNCC para o Ensino Médio publicada em 2018. Os documentos mencionam o trabalho com temas contemporâneos da educação em que a sexualidade é contemplada dentre esses temas.

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar os currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/199012), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199713), preservação do meio ambiente (Lei nº 9.795/199914), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200915), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200316), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/200917), bem como saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação para o consumo, educação

financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Resolução CNE/CEB nº 7/201018). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades de todos os componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas possibilidades e especificidades, tratá-la de forma contextualizada (BRASIL, 2017, p. 16).

Tanto para o Ensino Fundamental como para o Ensino Médio, a Base Nacional traz as competências gerais para a Educação Básica. Nessas competências são mencionadas a valorização dos direitos humanos, da inclusão e o respeito, de maneira geral, à diversidade.

Na proposta da BNCC os conteúdos são organizados em três Unidades Temáticas: Matéria e Energia, Vida e Evolução, Terra e Universo. Os estudos que envolvem a sexualidade são tratados no oitavo ano na Unidade temática Vida e Evolução como “mecanismos reprodutivos e sexualidade”. O documento apresenta também as habilidades que se espera que o aluno desenvolva no estudo desse tema.

Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos. Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais. Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero (BRASIL, 2017, p. 303).

É possível observar por essas habilidades propostas que há ênfase nos aspectos biológicos envolvendo mecanismos reprodutivos e DSTs. Notamos que não há nesse documento menção ao trabalho com discussões que envolvem gênero, diversidade sexual e orientação sexual, sendo esse um dos motivos pelo qual o documento recebeu muitas críticas. No entanto, as competências gerais, bem como algumas das habilidades específicas que compõem as áreas de conhecimento tratam da valorização e do respeito às diferenças individuais e dos grupos sociais, o que de maneira geral, remetem à aceitação do outro e o combate às diversas formas de discriminação. Vale ressaltar também que a BNCC tanto para o Ensino Fundamental como Ensino Médio mencionam a abordagem transdisciplinar, assim como proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, para os chamados temas contemporâneos, sendo a Educação em Direitos Humanos e a Diversidade Cultural, temáticas contemporâneas que contemplam as discussões pertinentes à sexualidade.

Consideramos que, por se tratar de um documento nacional que direciona propostas curriculares para todos os estados, haveria necessidade de contemplar a temática sexualidade de maneira mais específica, tanto nos objetos de conhecimento, decorrentes das unidades temáticas, como também nas habilidades que expressam aprendizagens essenciais para contribuir de maneira mais efetiva com o trabalho dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões realizadas a partir dos documentos de ensino aqui apresentados, é possível perceber que as publicações ocorridas após os Parâmetros Curriculares do ano de 2002 apontam com maior ênfase para um trabalho com a temática da sexualidade que considerem questões referentes a gênero e diversidade sexual no sentido de evitar discriminações. Admitimos ser relevante essa perspectiva no ensino, mas em função dos crescentes problemas de saúde pública decorrentes do aumento das taxas de ISTs entre os jovens e adolescentes, consideramos de extrema relevância que sejam debatidos assuntos que tratam maneiras preventivas para as ISTs, bem como a gravidez na adolescência. Porém, concordamos com Palma et al (2015) que a sexualidade nas escolas não pode estar associada somente à promoção da saúde sexual e à prevenção de gravidez e outras doenças sexualmente transmissíveis, desvinculando afeto de prazer que são inerentes à sexualidade. Nesse sentido, é relevante ressaltar que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior para os cursos de licenciatura e cursos de formação pedagógica (BRASIL, 2015), Art. 8º o(a) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverão estar aptos a, dentre outros aspectos citados no documento, “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras”. No entanto, não há uma legislação direcionada à obrigatoriedade do trabalho com essa temática nas escolas. Diante de tantos desafios apresentados pelo tema referente à sexualidade, reiteramos a necessidade de que os professores e demais trabalhadores de educação sejam preparados para enfrentá-los e contribuir positivamente para a formação dos estudantes da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ ensino médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015. Brasília: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 23 dez. 1996. p. 27894.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Parecer CEB n. 04/1998. Brasília: MEC/CNE, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação básica: diversidade e inclusão**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais Ciências Naturais/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BEARZOTI, Paulo. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. **Neuro-Psiquiatria**. vol.52, n.1, 1994.

CONDE-AGUDELO, Agustin, BELIZÁN, José, LAMMERS, Cristina. Maternal-perinatal morbidity and mortality associated with adolescent pregnancy in Latin America: Cross-sectional study. **American journal of obstetrics and gynecology**, v. 192, n. 2, p. 342-349, 2005.

FIGUEIRÓ, Mary (Org). Sexualidade e Afetividade: implicações no processo de formação do educando. In: **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina. UEL, 2009.

FRANÇA, Lindamara. Educação Sexual no currículo da escola do ensino fundamental: desafio para o professor. In: **IV EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 6 a 8 novembro 2006, Curitiba. Anais do IV EDUCERE. Curitiba, 2006.

FREITAS, Hyndara. **Brasil tem piores índices de educação sexual na América Latina**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 10 jan. 2017. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,educacao-e-o-melhor-contraceptivo-brasil-tem-piores-indices-de-educacao-sexual-na-america-latina,10000099685>>. Acesso em 18 out. 2017

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa; JUNQUEIRA, Rogério; CHAMUSCA, Adelaide. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos Secad**, v. 4, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em 09 fev. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Secad/MEC, 2009.

LIMA, Edenilse Batista. Sexualidade e Currículo Escolar: Um diálogo a partir da legislação. **VI Colóqui Internacional Educação e Contemporaneidade**, 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/112.pdf>. Acesso em 18 out. 2017.

MALOSSO FILHO, Marcolino. **A educação e a teoria da complexidade na formação de professores: problemas e desafios**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Unesp, Araraquara, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Boletim Epidemiológico: HIV Aids 2017**. Brasília, MS-Secretaria de Vigilância em Saúde, 2017.

NAGAKAWA, Janete Tamani Tomiyoshi; SCHIRMER, Janine; BARBIERI, Márcia. Vírus HPV e câncer de colo de útero. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 307-311, 2010.

PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO, Almudena Garcia; STREY, Marlene Neves. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). PANTELIDES Edith Alejandra. **Aspectos sociales del embarazo y la fecundidad adolescente en América Latina**, Em: Notas de Poblacion nº 78 LC/G 2229-P, Santiago, p. 167-182, 2004.

PONTES, Ângela Felgueiras. **Sexualidade: vamos conversar sobre isso?** 2011. Tese (Doutorado em Ciências de Saúde Mental) - Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, 2011.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 71-83, 2008.

SHAFER, Mary-Ann; PANTELL, Robert; SCHACHTER, Julius. Is the routine pelvic examination needed with the advent of urine-based screening for sexually transmitted diseases? **Arch Pediatr Adolesc Med**. v. 153, p. 119-125, 1999.

TEMMERMAN, Marleen; KIDULA, Nancy, TYNDALL Mark, et al. The supermarket for women's reproductive health: the burden of genital infections in a family planning clinic in Nairobi, Kenya. **Sex Transm Infect**. 74:202-204, 1998.

UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS (UNAIDS). **Get on the Fast-Track: the life-cycle approach to HIV**. Geneva, UNAIDS, 2016.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **Fecundidad y maternidade adolescente em el Cono Sur: Apuntes para la construcción de una agenda común**. Santiago, Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global health sector strategy on sexually transmitted infections 2016-2021: Towards ending STIs**. Geneva, WHO, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Sexually transmitted infections among adolescents: the need for adequate health services**. Switzerland: WHO, 2005.